



**Jornal Negócios**

03-03-2010

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Economia/Negócios

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 17000

**Temática:** Economia

**Dimensão:** 1471

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/26/27

**Economia paralela**  
 cresce em Portugal  
 à boleia da crise **Economia 26**

## ESTUDOS

# Economia paralela está a crescer, mas o País não está preocupado

Enquanto a economia subterrânea não for devidamente avaliada, não haverá um combate eficaz, defende um estudo publicado pela Comissão Europeia

## ESPECIAL

CATARINA ALMEIDA PEREIRA  
E PEDRO ROMANO

A economia informal está a crescer em Portugal, aproveitando as feridas abertas pela crise económica. E, apesar da retórica do combate à fraude, repetida vezes sem conta nos últimos anos, há quem acuse o Governo de estar a fazer "vista grossa" ao problema do trabalho não declarado, numa altura em que o rigor na fiscalização pode significar menos empregos.

"Os esforços para medir o trabalho não declarado em Portugal foram até agora muito escassos, o que pode estar relacionado com a falta de experiência e a baixa prioridade dada pelo Governo à questão", conclui um estudo recentemente publicado pela Comissão Europeia, que analisa o desenvolvimento de diferentes métodos de apuramento da dimensão da economia informal. "Se combater o trabalho não declarado fosse uma prioridade, medir este fenómeno tornar-se-ia importante", salienta a Fondazione Giacomo Brodolini, responsável pelo "Estudo sobre os métodos indirectos de medida do trabalho não declarado na União Europeia". "Não há sinais importante nesta direcção por parte das instituições nacionais", prevendo-se por isso que

a situação se mantenha "no futuro próximo".

As conclusões, integradas numa análise de um método específico, traduzem o essencial do diagnóstico sobre a informação existente em Portugal, esclarece Nádia Simões, investigador do DINAMIA, e responsável pela recolha de dados no País. "Embora a questão do trabalho não declarado às autoridades seja referida pelo Governo, esta não é prioritária", como serão, por exemplo, os temas da qualificação ou da criação de emprego. Os estudos existentes são raros e "não são consentâneos sobre a dimensão do fenómeno", salienta a especialista em políticas de emprego.

O diagnóstico pode partir das entidades públicas. Mas para o Governo a questão não é fácil de gerir, sobretudo num contexto de recessão económica. "O trabalho não declarado pode contribuir para a competitividade de algumas empresas, porque os custos são mais baixos", afirma. O trabalho não declarado pode, por outro lado, evitar de situações graves de desemprego e de exclusão social. "É um tema complicado. Se se atacar de uma forma abrupta sobre o risco de aumento de falências", refere. A ausência de uma quantificação oficial "acaba por tornar o problema menos visível", acrescenta.

**Em 2009, os rendimentos não declarados representavam, 19,5% da riqueza nacional, mais 0,8 pontos do que no ano anterior.**

O **Negócios** confrontou o Governo com as conclusões do estudo, mas não obteve resposta. Paulo Morgado de Carvalho, Inspector-geral do Trabalho refuta as conclusões. "Há uma preocupação por parte do Ministério do Trabalho no combate ao trabalho não declarado", afirma, admitindo porém que ainda não está totalmente satisfeito com os meios de que dispõe. A detecção destas situações "não é fácil", admite. "Não há muitas denúncias à Autoridade para as Condições do Trabalho porque muitas vezes há convivência entre trabalhadores e empregadores. Mas temos feito um esforço", afirma. A questão é encarada como uma "prioridade" para a ACT, que no ano passado detectou 940 casos de trabalho não declarado, mais 23 do que no ano anterior.

A conclusão do estudo da CE é conhecida numa altura em que a economia informal começa de novo a ganhar peso no PIB nacional. De acordo com o estudo mais recente do especialista Friedrich Schneider, os rendimentos não declarados representavam, em 2009, cerca de 19,5% da riqueza nacional, mais 0,8 pontos percentuais do que no ano anterior. Em 2010, o académico alemão espera novo avanço, desta vez até aos 19,7%.

A confirmar-se a expectativa, Portugal mantém a sua posição como o quarto país da OCDE com mais economia informal, imediatamente atrás de Grécia, Espanha e Itália. O crescimento registado em 2010 será, de resto, transversal à maioria dos países, num movimento que Schneider considera ser resultado "da crise económica mundial".

## A economia que escapa aos radares oficiais



A economia sombra é toda a actividade económica que não é detectada pelo sistema oficial de contabilização do Produto Interno Bruto (PIB), as Contas Nacionais. Aqui inserem-se não apenas a actividade meramente não declarada - permutas de serviços e "bónus" que não aparecem nas declarações fiscais, por exemplo - mas também as actividades ilegais, que já incluem a prostituição, tráfico de armamento e órgãos humanos, entre outros. Os métodos utilizados para estimar estes agregados são, por norma, muito indirectos, não revelando informação detalhada. Ou seja, é possível medir, ainda que de forma grosseira, a actividade que escapa aos radares oficiais, mas é mais difícil perceber como é que ela se distribui entre os vários sectores. Já o conceito de trabalho não declarado refere-se às actividades remuneradas não declaradas às autoridades.

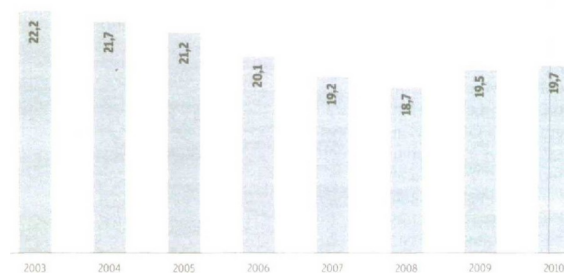


## Alfândegas em c

A Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais (DGCAIEC) sobre o consumo vai apontar baterias

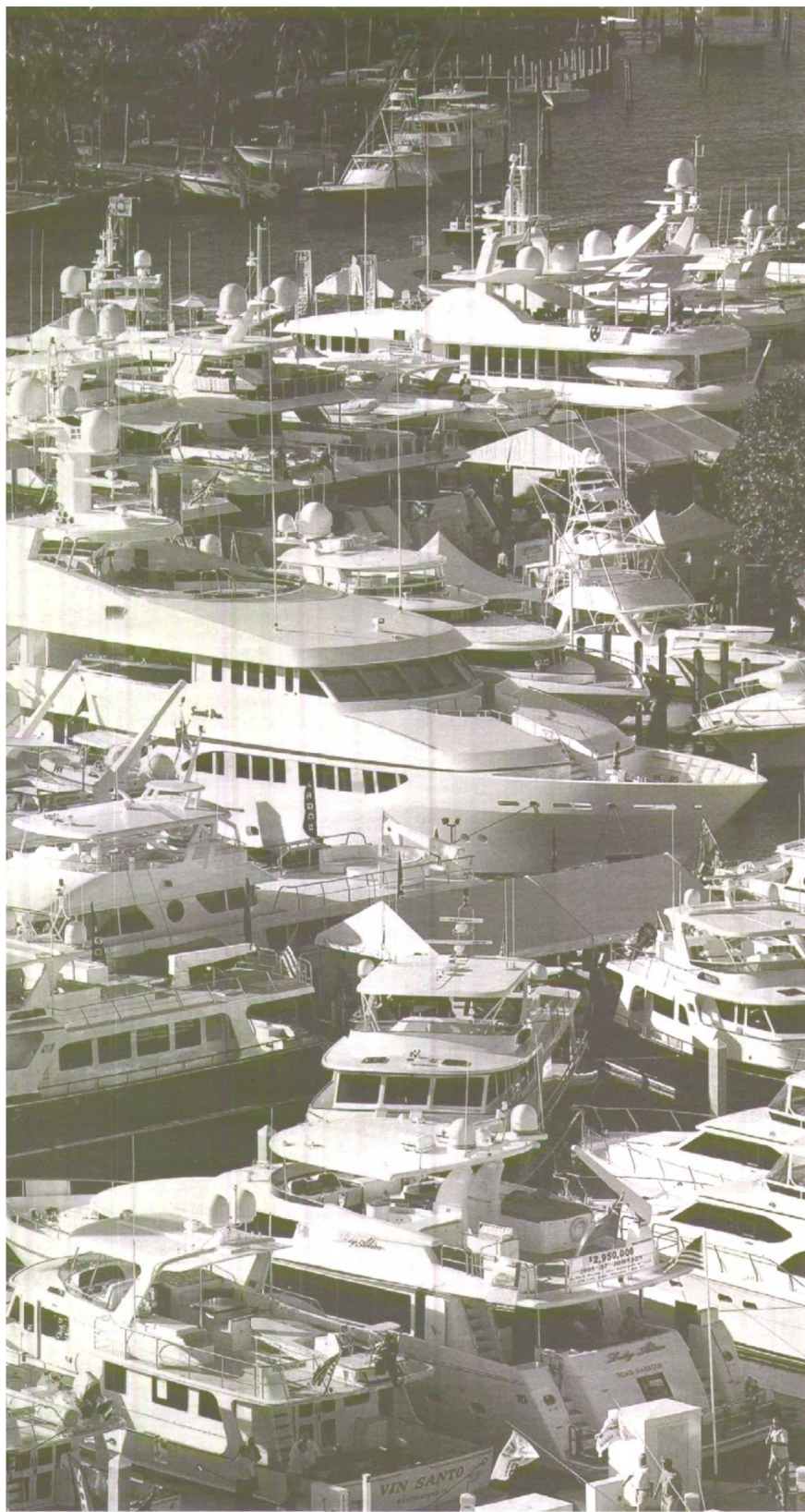
### ECONOMIA PARALELA A CRESCER

VALORES EM PORCENTAGEM DO PIB OFICIAL



Fonte: Cálculos de Schneider, ©2009

A economia não declarada já representa praticamente um quinto do Produto Interno Bruto (PIB) conhecido. O economista Schneider acredita que a subida é, em parte, resultado da crise económica.



## ma da Madeira e dos Açores

à fiscalização de fraude e evasão fiscal e de tráfico ilícito no Funchal e em Ponta Delgada. Segundo o plano de actividades

para este ano haverá "pelo menos 60 visitas aduaneiras a navios e aeronaves" na Madeira e 32 ações de controlo a

embarcações de recreio. Nos Açores haverá pelo menos 75 fiscalizações a embarcações de recreio.



## PERGUNTAS A...

**CARLOS PIMENTA**  
PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO  
DE ECONOMIA E GESTÃO DA FRAUDE

## Muita da economia sombra não está nas nossas mãos

**Como é que se mede a "economia sombra", que, por definição, não é registada?**

Há várias técnicas, apesar de nenhuma ser 100% certa. Por exemplo, assumindo que uma dada quantidade de energia produz uma dada quantidade de Produto, podemos comparar a electricidade com a produção efectiva e identificar falhas nos registos. Uma alternativa consiste em analisar os indicadores de circulação de moeda e ver se batem certo com o PIB oficial. Quantificar a economia não registada implica utilizar uma combinação de várias técnicas como estas.

**Qual é a margem de erro destas técnicas na quantificação da economia sombra?**

É muito difícil responder de forma categórica. Mas quando se diz que há 22% de economia não registada, como eu disse há pouco no Parlamento [na Comissão da Corrupção], temos de ter bem presente que o valor não é exacto. Um número de 22% pode significar 19% ou 25%, dado que os métodos não são perfeitos. Mas sabemos que anda em torno desse valor. E, portanto, mesmo que não se saiba a percentagem exacta, pode-se sempre comparar com outros países – desde que a metodologia seja a mesma, claro – e também dizer se está a subir ou a descer.

**A partir de que diferença anual é legítimo dizer que há crescimento ou diminuição da economia não registada?**

Se estivermos a falar de uma variação de algumas décimas num ano, não há grandes conclusões a tirar. Os métodos não são assim tão fiáveis. Mas se os dados mostram um crescimento anual de 5% ao longo de uma década, não há dúvida de que há uma tendência de fundo que aponta para o crescimento.

**Em Portugal, os números do observatório mostram um aumento na última década, mas de dimensão contida. Que conclusões se podem tirar?**

As variações dos últimos anos são consistentes com o crescimento registado num período anterior. Pode-se dizer que há indicadores que apontam para uma tendência, com cerca de 30 anos, de crescimento da economia sombra. As informações só devem

ser analisadas olhando para períodos relativamente longos.

**A imprecisão dos métodos também explica as diferenças entre os números do Observatório e os de Schneider?**

Neste caso, será mais o facto de os métodos não serem exactamente iguais. Além disso, as fontes também não são as mesmas. Mas, tendo em conta a margem de erro, os resultados são muito semelhantes.

**Pode-se dizer que os confirmam?**

Sim. Aliás, o que nós procurámos com este trabalho foi sobretudo ter a confirmação de que temos a capacidade e o instrumental técnico necessário para chegar às mesmas conclusões do Schneider, o que acabou por acontecer. E para aí chegar demorámos um ano e tal, o que mostra bem como as coisas não são tão fáceis quanto isso.

**E o que explica que o peso da economia sombra seja maior em Portugal do que na média da OCDE? Só Itália, Espanha e Grécia – tudo países do Sul – têm mais actividades não registadas. É cultural?**

Eu penso que quando justificamos as coisas com factores culturais estamos apenas a confessar que não sabemos muito bem como as explicar. A cultura serve um pouco como escape...

**Não tem poder explicativo?**

Tem. Penso que há algumas questões que podem ser parcialmente explicadas pela educação e pela cultura, mas a política e os negócios também ajudam a explicar. Por exemplo, a fraude fiscal. A questão cultural nota-se no facto de os portugueses não só fugirem aos impostos, mas também se vangloriarem disso. Contudo, também é necessário levar em conta o nível da carga fiscal, que é uma decisão política. Mas depois há uma enorme parte da actividade não registada que não depende de nós – tráfico de órgãos, armamento, drogas, etc. Aí, é necessário olhar para as máfias internacionais e redes de contrabando, que são os factores que mais importam. Mesmo que tenhamos mais atenção ao branqueamento de capitais e às alfândegas, o essencial não está nas nossas mãos. Somos um ponto de passagem dessa exogeneidade.